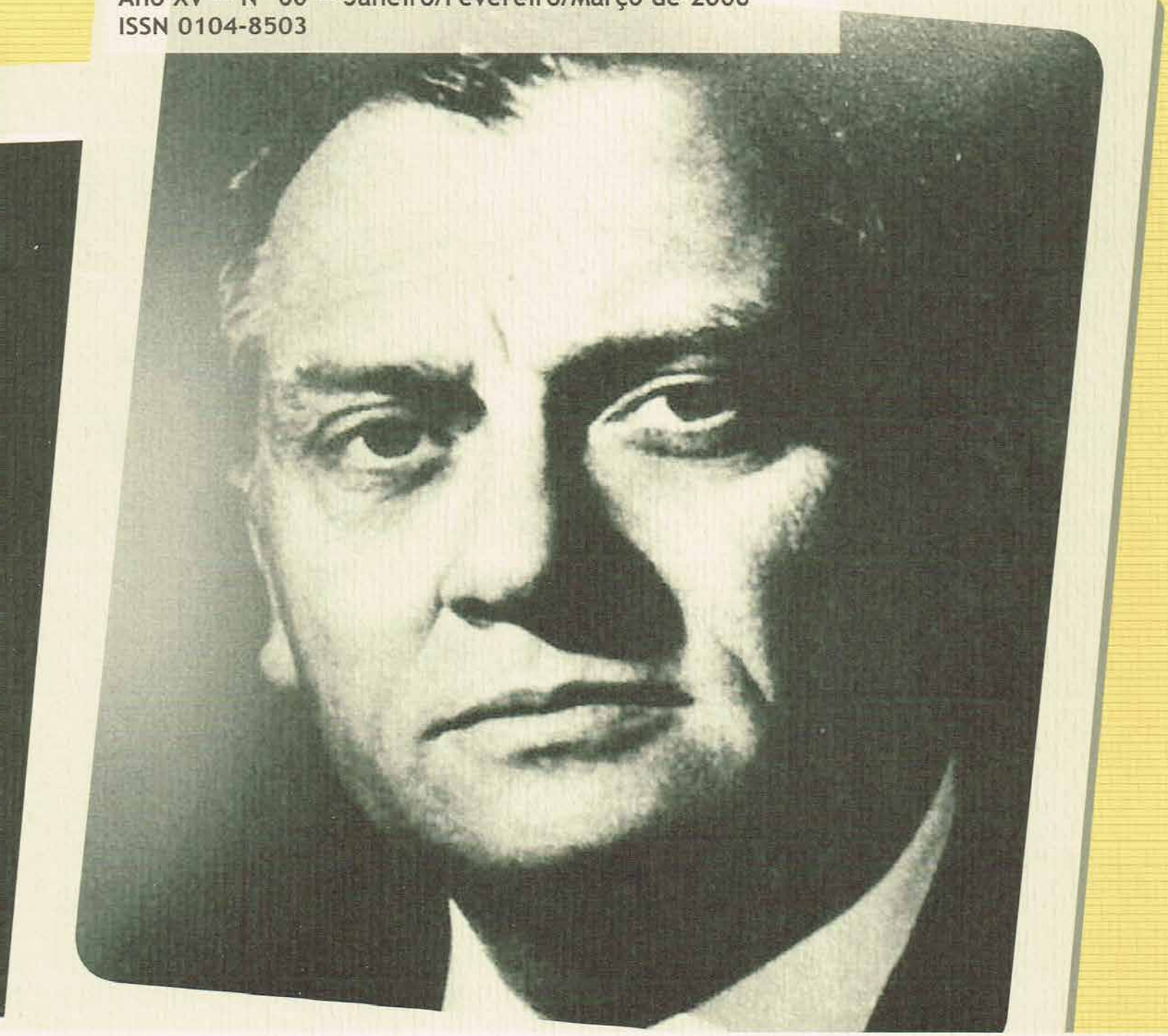
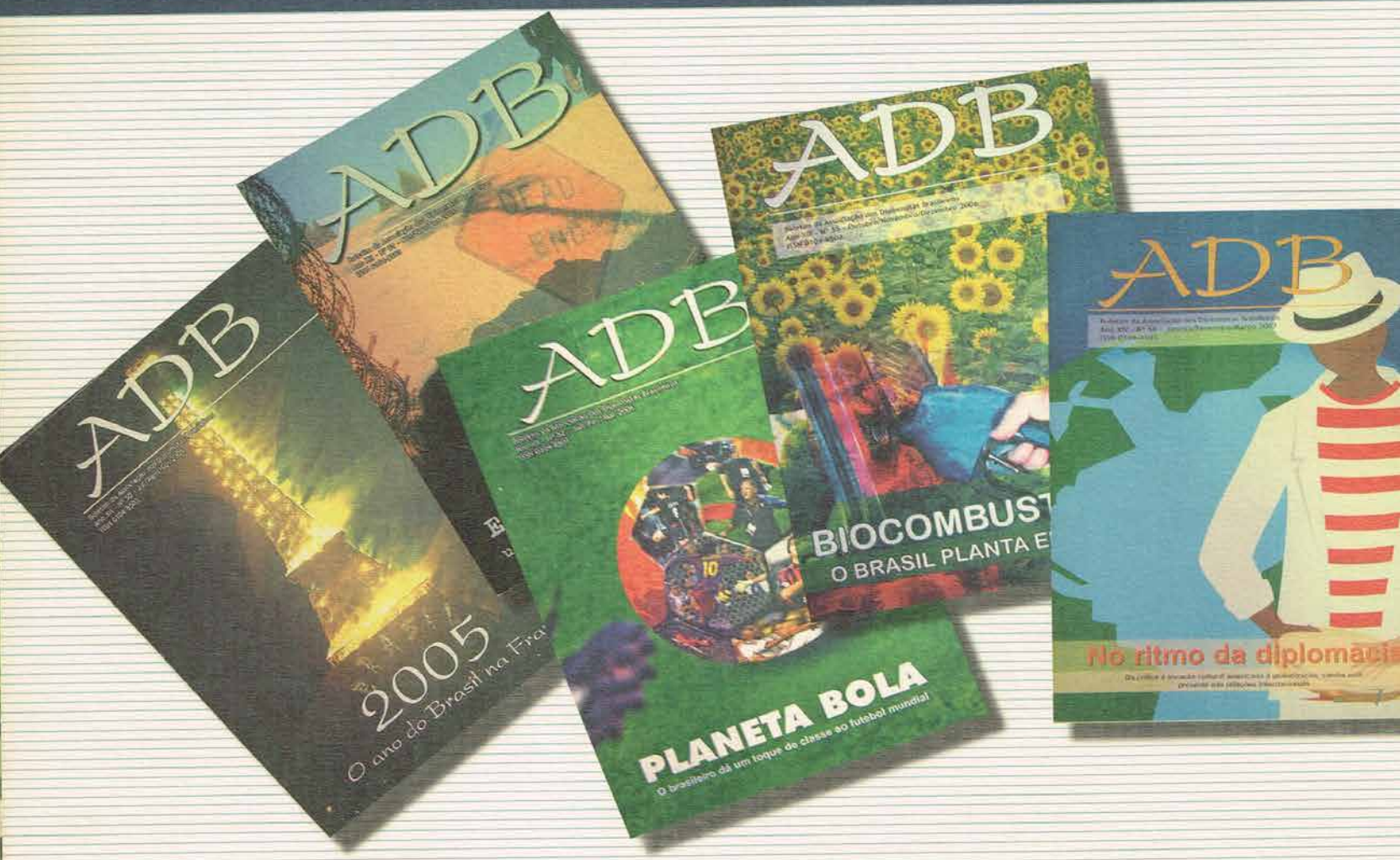
ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XV – Nº 60 – Janeiro/Fevereiro/Março de 2008
ISSN 0104-8503



In memoriam – Embaixador Mário Gibson Barboza

Boletim ADB – 15 anos



Tempo de balanço

Em maio de 1993, a ADB dava à luz seu Boletim n° 1. O recém-nascido, como lhe competia, era pequenino: tinha apenas 8 páginas. Passados 15 anos, chegamos agora ao n° 60, bem mais fornido e mais atraente do ponto de vista gráfico.

Entretanto, não nos esquecemos dos heróicos tempos em que a Associação engatinhava, e eu não poderia deixar de prestar, a propósito, uma homenagem ao Ministro José Antonio de Macedo Soares, sob cuja presidência a ADB começou a publicar o Boletim. Quanto ao n° 61, o Conselho Editorial promete uma surpresa aos leitores. Aguardem.

Treze de fevereiro marcou o primeiro aniversário da posse da atual Diretoria da Associação. Fizemos uma comparação entre o estado em que então se encontravam e agora se encontram as ações judiciais da ADB. O resultado retrata fielmente dois fatos: a congestão dos tribunais, abarrotados de processos, e a atuação da Advocacia Geral da União, que busca atrasar a execução de toda sentença desfavorável à União, interpondo recursos que, muitas vezes, têm o único objetivo de retardar o desembolso, pela União, do ressarcimento à parte ganhadora.

Assim, nos últimos doze meses os processos relativos aos seguintes assuntos caminharam:

- Ofício circular 19 – foi remetido ao TRF da 1ª Região;
- contribuição previdenciária sobre DAS e demais funções não incorporáveis aos proventos da aposentadoria – o recurso da União foi negado e o processo subiu ao TRF da 1ª Região;
- incorporação de quintos/décimos – recebeu sentença favorável à ADB na primeira instância;
- auxílio alimentação – o Juiz de 1° Grau lavrou sentença contrária à ADB, que recorreu, pelo que o processo subiu ao TRF;
- contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. Ausência de lei regulamentadora – terminada a fase de produção de provas, encontra-se com o Juiz de 1° Grau para que seja proferida sentença.

A ação referente ao reajuste residual de 3,17%, em fase de execução de sentença, continua a ser retardada pela AGU, que disputa os cálculos relativos aos montantes a serem pagos.

O andamento dos demais processos não teve qualquer modificação. Magro resultado, passado um ano. Retrato de uma situação que não seria exagero classificar de virtual denegação de Justiça.

Marcelo Raffaelli
Presidente da ADB

7 Cultura

Projeto Olhares Cruzados, que tem apoio do MRE, promove intercâmbio cultural entre crianças de raízes étnicas comuns.

Arquivo Olhares Cruzados

10 Entrevista

O relator especial para Situação de Direitos Humanos em Mianmar, Paulo Sérgio Pinheiro, fala da situação política e social do país e das expectativas para a votação de novo texto constitucional.

Save the Children Suécia

13 Made in Brazil

Da Serra Gaúcha ao Vale do São Francisco, o Brasil vem se consolidando como grande produtor de vinhos.

Ângela Mashima

16 Relações Exteriores

Brasil é um dos países-chave na missão de paz da ONU no Haiti. Reportagem faz balanço da missão com depoimentos de militares que estiveram no país caribenho.

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

20 Made in Brazil

Filmes publicitários entram na lista de produtos de exportação brasileiros. Projeto Film BRazil é um instrumento importante para fomentar o mercado.

Arquivo Film BRazil

4

Homenagem ao diplomata Mário Gibson Barbosa. O embaixador Synesio Sampaio fala sobre a vida

23 Ponto de Vista

A saída da família real de Portugal rumo ao Brasil e as heranças que deixou, principalmente tributárias, são temas do artigo do ministro Paulo Roberto de Almeida.

Imagem do livro: 1808

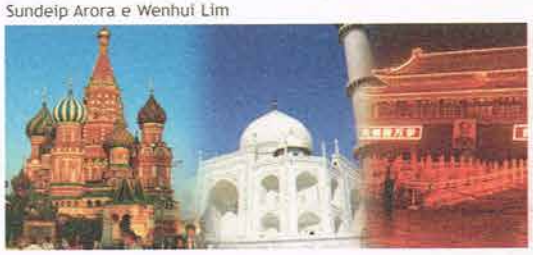
26 Internas

Junto com outras 24 entidades de classe, a ADB integra o fórum que trata das carreiras típicas de Estado dos três poderes.

28 Pensata

Artigo do Diretor do Brazil Institute do Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington, Paulo Sotero, trata da situação do Brasil no contexto dos Brics.

Montagem com fotos de Jack Aka James, Sundeip Arora e Wenhui Lim



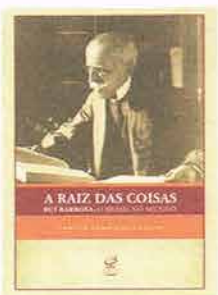
Embaixador
Barboza

Capa – In Memorian

e a carreira de Gibson, que faleceu em novembro de 2007.

30 Prata da Casa

Carlos Henrique Cardim, em seu livro *A Raiz das Coisas: Rui Barbosa, o Brasil no Mundo*, organizou um dossiê abrangente sobre a atividade e o pensamento de Rui em temas internacionais.

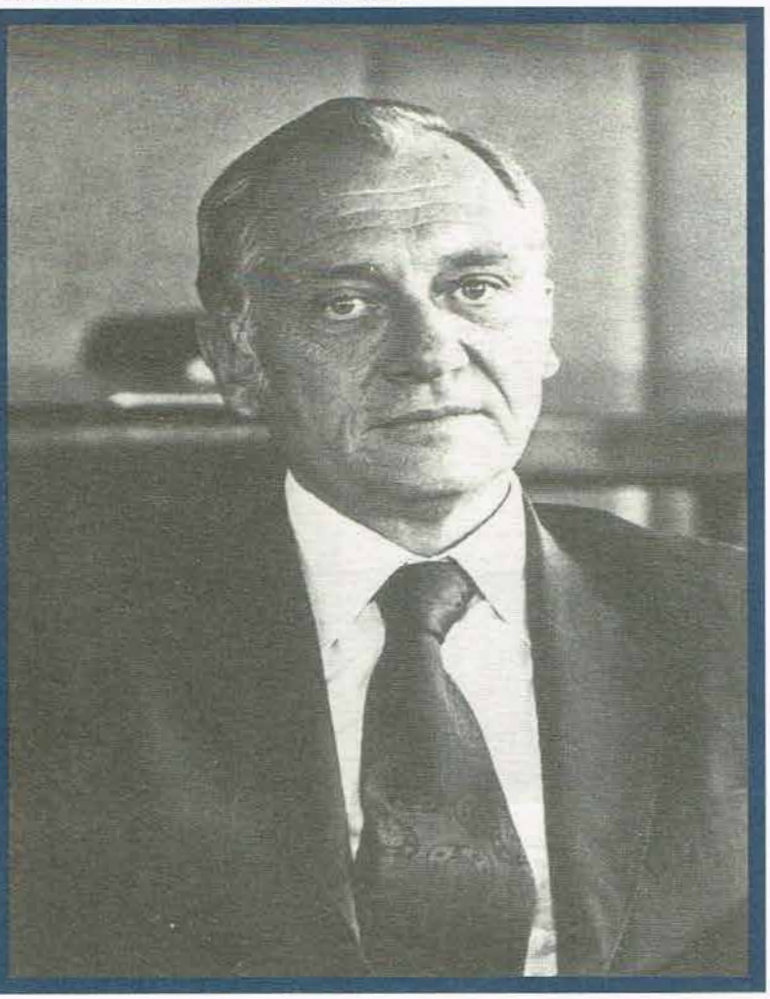


32 Entrelinhas

Acesso dos diplomatas aposentados à Intratec foi restabelecido.

Adeus ao Embaixador Gibson

Fotos do livro: *Na diplomacia, o traço todo da vida*



No dia 26 de novembro faleceu o Embaixador Mário Gibson Barboza, três meses antes de completar 90 anos. Gibson foi dos chefes maiores que conheci ao entrar no Itamaraty (foi Secretário-Geral em 1968 e Ministro de 1969 a 1974); fui seu Ministro-Conselheiro em Londres (entre 1984 e 1986) e continuei próximo dele até sua morte. Esse contato profissional e de amizade e a admiração que tenho por ele são os fatos que me estimulam a colocar no papel algumas notas sobre suas muitas realizações diplomáticas.

Não era de família nem tradicional, nem rica e, órfão de pai aos 12 anos, teve de trabalhar para custear seus estudos, primeiro em Recife e depois no Rio. Inteligente e diligente, forma-se em Direito aos 19 anos e entra rapidamente no Itamaraty, aos 21.

Na nossa Casa Gibson foi tudo: Ministro-Conselheiro em Buenos Aires e na ONU e Embaixador em Viena, Assunção, Washington, Atenas, Roma e Londres; sem falar do Itamaraty no Rio, onde foi Chefe de Gabinete quatro vezes, Sub Secretário-Geral, Secretário-Geral e Ministro de Estado. Uma carreira única: sempre teve funções de relevo, sempre foi prestigiado pelos chefes e reconhecido pelos colegas. Mas foi a experiência de seu primeiro posto que o marcou por toda a vida. Serviu por seis anos nos Estados Unidos, na fase das históricas conferências que montaram o sistema das Nações Unidas, durante e após a Segunda Guerra Mundial e seus chefes eram grandes nomes do Itamaraty de então, Carlos Martins, Leão Veloso, Freitas-Valle e Maurício Nabuco.

Outro assunto em que Gibson esteve "presente na criação" foi Itaipu. Mas aqui seu papel foi bem mais importante do que o de um simples Secretário interessado em ver como os assuntos mundiais evoluíam; já era um prestigiado Embaixador, quando começou a tratar do tema, do qual foi o protagonista central durante anos. Vejamos. Em 1966, é nomeado Embaixador em Assunção. A *Ata das Cataratas* havia sido assinada nesse mesmo ano pelos chanceleres Juracy Magalhães e Sapena Pastor: previa que os dois governos procederiam ao "levantamento das possibilidades econômicas, em parti-

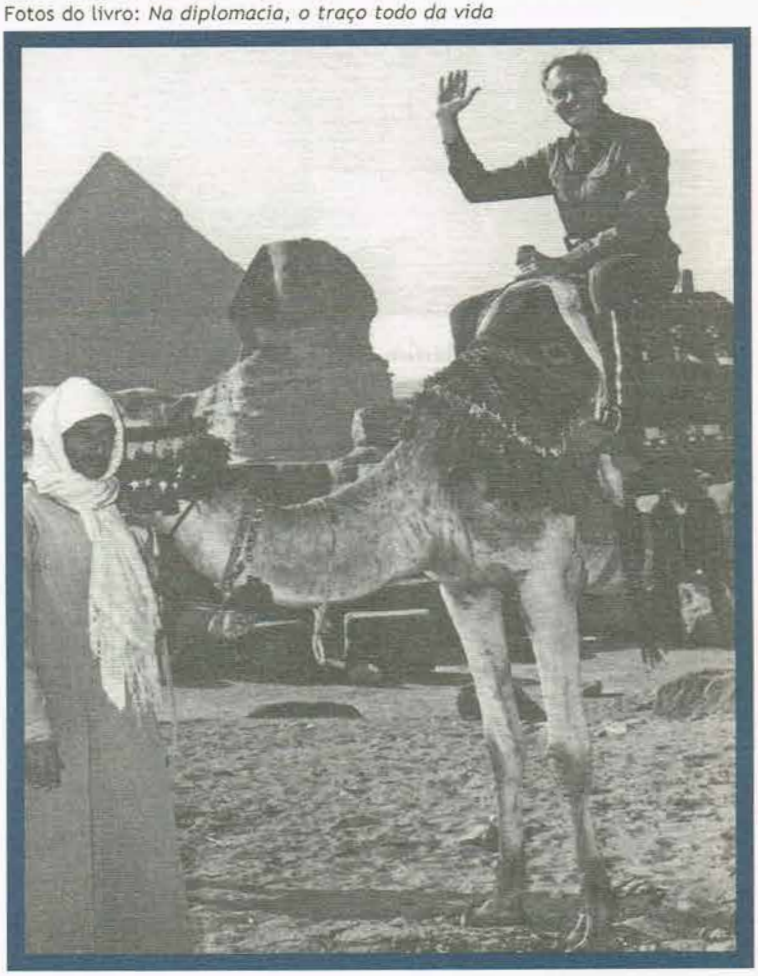
cular os recursos hídricos, pertencentes em condomínio aos dos países".

Gibson mergulhou profundamente naquelas águas: informou-se com autoridades em Brasília e Assunção, consultou técnicos, viajou pela fronteira, falou com prefeitos e comandantes militares da área, paraguaios e brasileiros. Assumiu então uma posição nítida em defesa da construção de uma hidrelétrica bilateral, opinião que estava longe de ser unânime. Muitos prefeririam uma outra barragem, mais a montante, bem menor, mas em território totalmente brasileiro. Marcondes Ferraz, então presidente da Eletrobrás, era o mais conhecido defensor dessa tese. Gibson tinha dois argumentos básicos em prol da represa: primeiro de tudo pelas necessidades de energia do Brasil; depois, porque seu reservatório inundaria um trecho dos limites onde havia uma dúvida de interpretação, que era um constante foco de conflitos. Contribuiu decisivamente, como Embaixador e, depois, Secretário-Geral, para a posição final do Governo brasileiro.

Chanceler em 1970, Gibson dedica boa parte de seu tempo a Itaipu e consegue, em 1972, um acordo com a Argentina que abriu as portas para a construção da represa. Claro que os problemas não acabaram aí. O chanceler seguinte, Azeredo da Silveira (Governo Geisel), também negociou muito com os argentinos, mas foi só no governo Figueiredo que o Ministro Saraiva Guerreiro assinou com a Argentina o acordo definitivo. De qualquer forma, o papel que a História atribuiu a Gibson foi importante e ele, bom ator, aproveitou a oportunidade.

Não foi este o seu único grande papel na diplomacia brasileira. A prioridade dada à América do Sul, as inovadoras viagens à África e à América Central, a decisão radical de trazer todo o Ministério para Brasília, e com ele as Embaixadas, o esforço (sem sucesso, mas reconhecido, por exemplo, pelo presidente Mário Soares) para que houvesse uma descolonização pacífica para os países africanos de língua portuguesa são tarefas de um diplomata-estadista.

Fotos do livro: *Na diplomacia, o traço todo da vida*



Em 30 de agosto do ano passado, Gibson, no seu último ato público, lançou a terceira edição de seu livro de memórias diplomáticas. Entre as obras recentes do gênero é a de maior sucesso, não só de público como de crítica. Seu título que diz muito: *Na diplomacia, o traço todo da vida*. É uma adaptação da antológica frase de Joaquim Nabuco, que vê "no desenho da criança o traço todo da vida". Revela já dois fatos. Primeiro, Nabuco representa a província natal – Olinda é referência permanente para Gibson – e é sua inspiração na vida e na carreira. Segundo, se na infância, para Nabuco, estava indicado o caminho do porvir, para Gibson, a diplomacia foi o tema central de toda existência.

Fotos do livro: *Na diplomacia, o traço todo da vida*

É curioso como o autor e seu modelo ideal têm traços em comum. Ambos embaixadores em Londres, Washington e Roma (Nabuco, aqui, em missões temporárias); ambos jovens de admirável prestância física, continuada a vida toda e terminada numa elegante maturidade de embaixador; ambos foram grandes trabalhadores e patriotas ferrenhos (aqui o modelo de Gibson também poderia ser o Barão do Rio Branco). Só uma prova da capacidade de trabalho de cada um: a defesa do Brasil na "Questão do Pirara" mereceu de Nabuco dezoito volumes; quem for pesquisar o tema "Itaipu" nos arquivos do Itamaraty encontrará milhares de páginas da lavra de Gibson.

De seu livro e de suas conversas, vê-se que dois políticos, de forte personalidade e sólida cultura, tiveram profunda influência em sua vida: Raul Fernandes, uma espécie de pai espiritual, e Santiago Dantas, de quem foi o principal colaborador no Itamaraty. Como Gibson foi também chefe de gabinete influente de Afonso Arinos, ele esteve no centro da formulação da "Política Externa Independente". Não se tem suficientemente ressaltado, aliás, como certos discursos do Chanceler Gibson (ou do Presidente Médici, feitos no Itamaraty) são bem próximos dos de Dantas, Arinos ou de Jânio Quadros do "*Foreign Affairs*" (X/1961) e muito distantes daqueles de Castelo Branco e Juracy Magalhães.

Pensando nisso e em fatos como o mar territorial de duzentas milhas ou a recusa de assinar o Tratado de Não Proliferação (TNP), a especialista Cíntia Vieira Souto vê na gestão Gibson uma ruptura com as posições internacionais do primeiro governo militar. Nas suas palavras, houve então uma "diplomacia do interesse nacional", que rejeitava "tanto os alinhamentos automáticos, quanto o multilateralismo reivindicatório ao estilo do movimento dos países não alinhados dos anos 1960".

O Embaixador Gibson, apesar de ser tido como homem da esquerda em certos círculos políticos e militares, foi Ministro de Médici, no período mais agudo dos governos militares, com seqüestros de Embaixadores e confrontos com grupos guerrilheiros. Conta, em suas memórias, com muita dignidade, sua passagem pelo governo, o que lhe custou críticas e até hoje impede que se veja com mais clareza a gestão singular que fez no Itamaraty.

Gibson era um homem de muito carisma e foi um grande profissional. Talvez houvesse em sua geração formuladores políticos mais articulados, como Araújo Castro, internacionalistas mais completos, como Guerreiro, diplomatas mais apaixonados pelo seu trabalho, como Silveira; mas era nele que se dava o equilíbrio de todas essas virtudes.

Synesio Sampaio Goes Filho

Semelhanças no passado e no presente

Projeto que promove o intercâmbio cultural entre crianças brasileiras, latino-americanas, africanas e haitianas tem apoio do Itamaraty

Arquivo Olhares Cruzados

Crianças da etnia indígena Terena participaram do Projeto Olhares Cruzados

O Brasil é a segunda nação negra do mundo em número de habitantes. Só está atrás da Nigéria. A herança histórica comum, o passado colonial e a escravidão são fatores que criaram distorções sociais e econômicas até hoje não corrigidas integralmente.

Com esse pensamento, a arquiteta, fotógrafa e dirigente da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Imagem da Vida, Dirce Carrion, está à frente do Projeto Olhares Cruzados. O trabalho busca ampliar ambientes culturais de meninos e meninas carentes, identificar raízes étnicas comuns e promover o conhecimento recíproco da realidade de crianças do Brasil, da África e de países cuja população é fruto da diáspora africana, como o Haiti.

Com a participação de educadores, acadêmicos, fotógrafos e artistas dos países envolvidos no intercâmbio, as crianças participam de oficinas de fotografia, vídeo, cartas, desenho, pintura, brinquedos, instrumentos musicais. "A fotografia, carro-chefe do projeto, funciona como instrumento para ampliar os horizontes delas para além da fronteira geográfica das comunidades a que pertencem", justifica Dirce.

Início – Em 2004, quando começou o trabalho, a coordenadora contava apenas com recursos próprios para a realização do projeto. O intercâmbio se deu entre crianças do Morro da Chacrinha, no Rio de Janeiro, e de bairros pobres de Moçambique e Angola.

Arquivo Olhares Cruzados

Crianças bolivianas identificam trabalho produzido no projeto

Hoje, além do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Olhares Cruzados conta com o apoio das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da organização da Save the Children, do Unicef – Congo, da prefeitura de Diadema e da Companhia Vale do Rio Doce. O trabalho já resultou na publicação de quatro livros: Brasil–África; Brasil–Senegal, Brasil–Haiti e Brasil–Congo.

Apoio governamental – O ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, escreveu o prefácio de *Brasil–Haiti, Olhares Cruzados*. Para Amorim, além de trabalhar o lado lúdico de fotografar e pintar, o projeto evidencia como a cultura, as brincadeiras e a maneira de interagir com a família e a sociedade são parecidas no Brasil e no Haiti. "O trabalho de Dirce Carrion e equipe se insere na dimensão humanista que a política do Governo Lula vem imprimindo à diplomacia brasileira."

O Brasil faz parte da Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti desde 2004. Em 2006, foram organizadas oficinas do Olhares Cruzados entre crianças de Porto Príncipe, capital do país caribenho, e da comunidade quilombola do Frechal, no Maranhão. O MRE custeou todo o projeto. A exposição contou com a presença de diversas autoridades haitianas e brasileiras, como o vice-presidente, José de Alencar, além das responsáveis pelos trabalhos, as crianças.

Dirce faz questão de lembrar que os livros são de autoria das crianças. "Nosso próximo passo é assegurar a continuidade do intercâmbio iniciado, apoiando a formação de protagonistas juvenis e agentes multiplicadores", explica. A coordenadora do projeto acredita ser necessário estabelecer um vínculo permanente para o sucesso do trabalho. A idéia é viabilizar a publicação de veículo impresso com periodicidade definida, que integre todas as crianças que participaram do projeto desde 2004.

O conteúdo deve ser desenvolvido pelas crianças. Incentivando, dessa forma, que aquelas que se destacaram durantes as oficinas de imagem, redação e criação, tenham a oportunidade de se tornarem repórteres juvenis. Eles serão encarregados de manter um canal de comunicação entre as comunidades. "O cruzamento de informações entre as crianças envolvidas não só potencializa horizontes, como dá visibilidade às comunidades", detalha Dirce.

Recorte – De acordo com Dirce, a opção por trabalhar com crianças se deve ao fato de, ao contrário dos adultos, manterem um imenso otimismo em relação à vida. "Isso se reflete nas fotografias que produzem e nos trabalhos de arte que fazem." Além disso, a coordenadora destaca que "as crianças são mais livres, diretas, espontâneas e, por isso, capazes de transmitir honestamente o que sentem e como vêem o mundo".

Em relação à escolha das comunidades, tanto no Brasil como no exterior, o projeto procura observar algum vínculo histórico ou semelhança cultural. "A origem em si é muito difícil de coincidir, pois apesar de trabalharmos prioritariamente com comunidades quilombolas (no caso do Brasil), é quase impossível estabelecer um único país de origem de onde vieram os africanos que deram origem a esta população."

Arquivo Olhares Cruzados

No Senegal, a embaixadora Katia Gilaberte e a coordenadora do projeto, Dirce Carrion, promoveram oficinas em Casamance e na Ilha de Goré

Áreas de risco – Em 19 de abril de 2007, Dirce Carrion e o fotógrafo Ricardo Teles chegavam a Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, para mais uma edição do projeto Olhares Cruzados. O intercâmbio seria feito entre as crianças do bairro de Eldorado, em Diadema-SP, e a comunidade que também se chama Eldorado, na capital congolesa.

Três dias depois do início das oficinas, Kinshasa foi palco de uma rebelião armada entre milícias insatisfeitas com o resultado das eleições no país e as forças de governo. Dirce e Teles estavam hospedados na embaixada brasileira, bem no meio do conflito. Sem negar a tensão, a coordenadora do projeto não vê muita diferença daquilo que acontece em algumas das periferias das grandes cidades brasileiras.

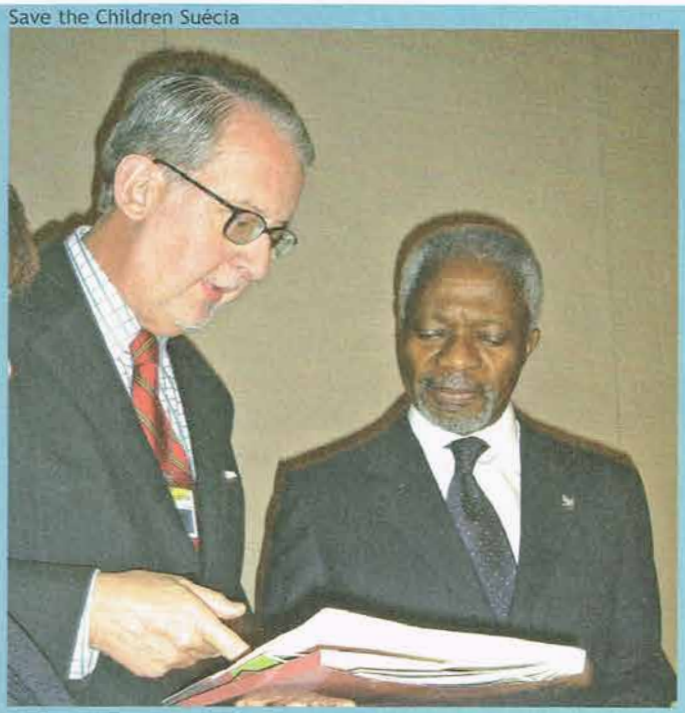
Ela acredita que a postura e a forma de aproximação com pessoas nessa realidade ajudam bastante a amenizar rejeições. "O fato de as pessoas sentirem que você está lá para fazer um trabalho de interesse da comunidade é um fator importante." Para Dirce, é nos lugares mais violentos que o Projeto Olhares Cruzados faz a diferença. "A relação com crianças em um quadro de violência e exclusão é desafiadora. Algumas são mais difíceis de lidar, reagem da mesma forma como o meio se relaciona com elas. Mas, na verdade, são como quaisquer outras crianças: alegres, criativas e carinhosas."

Embaixada do Senegal

A sugestão para repetir a experiência de Angola no Senegal partiu da embaixadora brasileira no país, Katia Gilaberte. Ela viabilizou a realização das oficinas na Ilha de Goré, em 2006, e em Casamance, em 2007. O projeto foi incluído no programa de trabalho da embaixada e aprovado pelo Itamaraty. Para Katia Gilaberte, o projeto aliava uma grande paixão – a fotografia – a um dos eixos do trabalho que tencionava desenvolver no Senegal – o de promover maior conhecimento do Brasil e de seu precioso legado africano. "O fato de voltar-se a crianças tornava-o ainda mais empolgante, por projetar para o futuro toda uma base de entendimento, solidariedade e cooperação", diz a embaixadora.

Relato para humanizar

Save the Children Suécia



Os cidadãos de Mianmar, antiga Birmânia, devem votar em maio deste ano um novo texto constitucional. O país é governado por uma junta militar desde 1988. A nova constituição tem proibições que impedem Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional pela Democracia, o principal partido de oposição, de concorrer à presidência nas eleições de 2010. Aung, que recebeu o Nobel da Paz em 1991, não poderia se candidatar porque já foi casada com um estrangeiro.

Professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Sérgio Pinheiro (foto) atua como relator especial para a Situação de Direitos Humanos em Mianmar, para a Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2000. Ficou um período sem visitar o país. Retornou após setembro de 2007, quando os jornais noticiaram manifestações pacíficas de civis e monges budistas que terminaram presos e assassinados pela polícia. O protesto era contra o aumento do preço dos combustíveis e a queda da qualidade de vida. A mobilização já acontecia desde agosto, quando o gás natural, abundante no local, subiu 535%, e o diesel, 100%. Mais de 300 mil pessoas participaram da marcha em várias cidades de Mianmar.

Pinheiro já foi secretário de Estado dos Direitos Humanos no Brasil entre 2001 e 2002, além de ter ocupado vários cargos de destaque em organismos nacionais e internacionais. Fundou em 1987, com o professor Sérgio Adorno, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV USP). Pinheiro, que deve permanecer como relator da ONU para Mianmar até meados deste ano, comentou a situação do país para o **Boletim da ADB.**

Qual era a situação de Mianmar no início de seu trabalho como relator e o que mudou neste tempo?

Fui nomeado relator especial para o Mianmar em dezembro de 2000 e devo terminar meu mandato este ano. Naquele período havia uma liderança militar interessada em colaborar com a ONU e a Comissão de Direitos Humanos. Entre 2000 e 2003, fiz seis visitas com pleno acesso às cidades, prisões, prisioneiros, regiões, com exceção da fronteira leste, onde há conflitos militares.

Sendo relator da ONU, por que o senhor teve dificuldades em entrar no país?

Até 2003 não tive dificuldades. Desde novembro de 2003 até novembro de 2007

não fui convidado a visitar o país. O convite só veio depois de os movimentos dos monges e da sociedade civil serem severamente reprimidos.

É possível ser relator de uma situação sem poder presenciá-la? Quais as limitações?

O ideal, evidentemente, é ter acesso ao país. Mas mesmo sem visitá-lo tenho informações de todas as agências da ONU que estão ali presentes, dos refugiados nos países vizinhos, das missões diplomáticas e de pesquisadores.

Que abusos o governo comete contra os direitos humanos em Mianmar?

Não há nenhum respeito aos direitos civis e políticos, nem às liberdades fundamentais. Os direitos sociais e econômicos da maioria da população não são atendidos, porque cerca de 40% do orçamento nacional vai para as forças armadas, que têm um contingente de 400 mil. Para um país de cerca de 55 milhões de habitantes, esse é um efetivo enorme.

Quantas mortes o senhor apurou como relator em Mianmar? Quantas o governo admite?

Não contabilizo todas as mortes, apenas as que ocorrem nas prisões e em conflitos políticos. No meu último relatório, nos conflitos com as forças policiais e militares em setembro e outubro de 2007, estimei que foram 31 mortes. O governo admitiu somente 15.

AP/ Anônimo

Manifestação de monges budistas contra aumentos abusivos em combustíveis acelerou a entrada de Sérgio Pinheiro em Mianmar

David Longstreath

A líder de oposição Aung San Suu Kyi faz orações no templo de Shwedagon, em Yangon

Como acontece o controle de informação no país?

A censura é total. A internet é controlada e os jornalistas são perseguidos e presos, como aconteceu no mês de fevereiro deste ano [no dia 15, foram presos o diretor e o subdiretor do semanário *Mianmar Nation*, Then Zin e Sein Win Maung].

Quais perspectivas o senhor tem para o período de votações sobre a nova constituição do país e para as eleições de 2010?

Se alguém acredita em contos de fadas, pode imaginar também que depois do uso excessivo da força – com proibição de todos os partidos políticos, de qualquer manifestação política, reuniões, protestos, com uma convenção nacional (uma espécie de assembléia constituinte) escolhida a dedo e uma comissão constitucional sem participação dos partidos da oposição – é possível ocorrer *referendum* e eleições em bases limpas sob o atual governo militar.

A junta militar vai ceder à pressão internacional e alterar o texto que atualmente impede Aung San Suu Kyi de concorrer à presidência por ter sido casada com um estrangeiro?

Essa proibição é, como se dizia na ditadura militar no Brasil, um casuísmo construído a dedo para excluir a secretária-geral da Liga Nacional para a Democracia (NDL). Não tenho bola de cristal mas não vejo no horizonte que o governo militar vá ceder às gestões internacionais. Ele não respeitou nenhuma determinação das resoluções do Conselho de Direitos Humanos, da Assembléia Geral no final do ano passado, nem atendeu às solicitações da declaração do presidente do Conselho de Segurança. É absolutamente pueril não habilitar Aung para participar das eleições porque foi casada com um cidadão inglês.

Que outros problemas o texto da constituição tem hoje?

Ausência dos princípios de direitos humanos e liberdades democráticas, assim como a manutenção de 25% das cadeiras do futuro parlamento para os militares.

Além de Mianmar, o senhor foi relator no Burúndi e participou de comissão no Togo e de missões de investigação em países como Argentina, Paraguai, Chile e Haiti. Entre essas, qual foi a missão mais complicada? Por quê?

É impossível comparar situações tão diferentes e cada uma delas tem dificuldades e contradições específicas. São situadas em contextos internacionais totalmente diferentes. Toda investigação de direitos humanos é complexa e difícil.

Em busca do reconhecimento

Ângela Mashima

Falar sobre o mercado de vinhos brasileiros é tratar de um setor único no mundo. No Brasil, ao contrário de outros países produtores, onde há proibição legal para isso, a vitivinicultura se consolidou com a fabricação de vinhos a partir de uvas não-vitiviníferas, chamadas de uvas americanas (labrusca e bouquina) e híbridas. O resultado do processamento de tais tipos de uva é o que conhecemos como vinho de mesa, que representa hoje mais de 80% da produção nacional e é vendido a granel para grandes envasadores do Centro-Sul do País. O restante, algo em torno de 20%, são os vinhos finos.

Essa dualidade deve-se ao fato de que a história dos vinhos no Brasil está visceralmente relacionada às espécies americanas e híbridas, produzidas em regiões de topografia acidentada, com forte influência da imigração italiana, como é o caso da Serra Gaúcha e Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina.

São, em sua maioria, minifúndios, de mão-de-obra familiar, que têm na vinicultura um elemento histórico tradicional, o que, de acordo com o pesquisador da Embrapa Uva e Vinho, José Fernando da Silva Protas, estabelece certa dificuldade de modernização. "Como em qualquer atividade agrícola tradicional, a inovação enfrenta certa resistência por parte dos produtores", afirma.

Concorrência – O segmento de vinhos finos, com o processo de abertura da economia brasileira, tem enfrentado uma forte concorrência, registrando-se taxas significativas de crescimento das importações de vinhos de mesa. No período de 2001/2005 a participação dos vinhos importados no mercado brasileiro de vinhos finos passou de 53% para 59%. Em 1994, essa mesma participação era de 31,6%. Por outro lado, fica evidente o espaço conquistado pela Argentina e pelo Chile no mercado brasileiro, em detrimento dos demais países exportadores, em especial dos europeus.

A percepção dos diversos atores do mercado é que o comportamento do consumidor brasileiro, em relação a vários produtos, mas principalmente ao vinho, é preconceituoso em relação ao produto nacional. Além disso, é um mercado em que a grande maioria não tem tradição de vinho e que começou a se solidificar nos últimos anos, por diversas razões, entre elas a divulgação, em relação ao paradoxo francês, em que foi comprovado que a ingestão moderada de vinhos faz bem à saúde. Também ganha *status*, charme.

Enoturismo no Vale do São Francisco

Christopher Woods

O crescimento do setor vitivinícola no Submédio do Vale do São Francisco fez que produtores, governos federal, de Pernambuco e da Bahia, e instituições como Sebrae decidissem diversificar e investir no enoturismo. Há quatro anos, criaram o Roteiro do Vinho do Vale do São Francisco. A estratégia foi definitiva para ajudar a consolidar, no Brasil e no exterior, a região como importante produtora de vinho.

O Vale se destaca pela produção e exportação de frutas, além de plantações de verduras, hortaliça e cana-de-açúcar. Os produtores dali plantam o equivalente a 1 milhão de toneladas/ano, de acordo com a Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport). Esse volume é garantido pela agricultura irrigada, que transformou a paisagem daquela região.

O Submédio São Francisco possui uma área de mais de 260 mil hectares irrigáveis. O cultivo de uva de mesa e fina abrange algo em torno de 12 mil hectares, dos quais cerca 800 hectares de uvas são usadas na fabricação de vinho. Anualmente, sete vitivinícolas processam 8 milhões de litros de vinhos com uvas plantadas no Vale. Isso representa de 15% a 20% da produção nacional de vinho. Um faturamento de cerca de R$ 60 milhões.

Turismo – O Roteiro do Vinho percorre oito municípios do Submédio, produtores de uva e vinho. Em Pernambuco: Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó. E na Bahia: Juazeiro, Sobradinho, Curaçá e Casa Nova. O número de visitantes na região quase duplicou após a implementação do projeto. Passou de 2,5 mil para 4 mil pessoas por mês.

Para chegar aos 4 mil enoturistas por mês, foram investidos mais de R$ 3 milhões

em infra-estutura, capacitação dos produtores e mão-de-obra, criação do roteiro e divulgação. Os recursos foram repassados pelo Ministério da Integração Nacional para as prefeituras da Região Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/Juazeiro (Ride). Entre as obras, estão a ampliação do aeroporto de Petrolina, com capacidade de receber 150 mil passageiros, e a melhoria das estradas que ligam a região ao restante do País.

O Submédio São Francisco permite que os visitantes desfrutem tanto do enoturismo quanto do turismo náutico, técnico-científico, cultural e de negócios. O gerente de projetos do Sebrae/PE, Helder Gomes, explica que há vários passeios e atividades interessantes na região. "O roteiro consiste na visita a fazendas e vinícolas; da Barragem do Sobradinho, o maior lago artificial do mundo; da Codevasf e da Embrapa Semi-Árido, para conhecer a tecnologia da agricultura de irrigação; e claro, passeios de barco no Rio São Francisco", enumera. A região atrai grupos nacionais e internacionais de vitivinicultores. Grandes redes hoteleiras também estudam investimentos no Vale do São Francisco.

A cidade pernambucana de Lagoa Grande é a maior produtora de vinhos do Vale, com quatro vitivinícolas. É lá também que os turistas encontram algumas das principais atrações da rota, com a enoteca.

Luis Rock

A gastronomia regional é forte aliada do enoturismo. Um cardápio especial foi elaborado para que turistas apreciem o vinho típico do Vale e conheçam a culinária sertaneja, famosa por servir caprinos e ovinos. Um dos pratos mais requisitados é o bode ao vinho. Segundo o gerente de projetos, "o diferencial é o tempero utilizado na cozinha sertaneja, somado com o charme do vinho".

Tadeu Lubambo

No Vale do São Francisco, tecnologia a serviço do vinho

História – A primeira iniciativa de produção de vinho no Vale do São Francisco surgiu nos anos 80, aproveitando as pesquisas de agricultura irrigada naquela região e as condições climáticas. Desde então, o setor se fortaleceu nos últimos anos, tornando-se a única região no mundo com capacidade de produção diária de uvas e vinhos. "O vinho do São Francisco embute muita pesquisa e experimentação, pois é o único trópico seco do mundo. É, por isso, uma região única na produção de vinhos e tem *terroir* característico", explica o presidente da Valexport, José Gualberto de Freitas Almeida.

José Gualberto é o presidente da Vinícola do Vale do São Francisco, primeira vitivinícola da região, criada em 1984. Na época, um grupo metalúrgico, em convênio com a *Maison Forestier*, queria produzir vinhos com uvas californianas. A idéia de plantar uvas no Vale foi fortalecida pela aposta na agricultura irrigada e porque as frutas não se adaptaram bem ao solo e clima do sul brasileiro. A decisão foi mais que acertada e alicerçou as bases do novo setor na região. "A produção de vinho tem característica única: é uma agroindústria viável em pequena escala. O vinho também tem charme e uma sinergia forte com a culinária e o turismo contemplativo", afirma José Gualberto.

BRASIL NO HAITI, ESFORÇO PELA PAZ

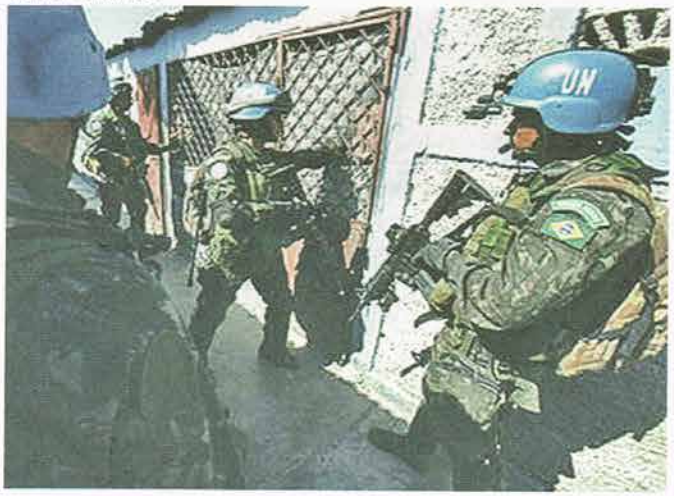
Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

Brasil participa com 1.200 soldados na missão de paz da ONU no Haiti

Desde o início, em 2004, o Brasil se ofereceu para o comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah). Naquele ano a situação era de intensa disputa pelo poder após a queda do presidente Jean-Bertrand Aristid, e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) julgou necessária a criação da força. Com 1.200 soldados, o Brasil é hoje o país com maior número de integrantes, seguido pelo Uruguai, com 1.148.

Quando começou, a missão compreendia pouco mais de 10 mil pessoas, incluindo forças armadas e policiais de diversas nacionalidades, funcionários nacionais e internacionais e voluntários das Nações Unidas. Hoje, o número subiu para 11 mil, segundo o tenente-coronel Marcelo de Melo, oficial de Comunicação Social da tropa Brasileira no Haiti. "São 12 países com tropas e 18 com representações", informa Melo. O Brasil também tem civis e policiais militares em ação. Argentina, Guatemala, Estados Unidos, França, Jordânia, Nepal,

David Fernandez



Atuação das tropas estrangeiras ajudou na pacificação de bairros de Porto Príncipe

Filipinas e Sri Lanka são alguns dos integrantes da missão.

Entre os militares brasileiros há 974 do Exército, 225 da Marinha e um oficial de ligação da Aeronáutica, responsável por coordenar a chegada de suprimentos. O revezamento é semestral, sempre alternando entre os Comandos Militares de área. Desta vez, o encarregado é o Comando Militar do Leste, que formou o Oitavo Contingente para o Haiti com tropas do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Ele sucede o Comando Militar do Sul, e, a partir do dia 6 de junho, dará lugar ao da Amazônia, responsável pelo Nono Contingente. A seleção inicia com o voluntariado e passa por exames médicos, físicos e psicológicos. Não há restrição de patente, são aceitos de soldados a coronéis. Assim que um grupo parte para a missão, outro inicia o treinamento no Brasil.

No dia 3 de março, oficiais que assumirão o comando do Nono Contingente desembarcaram no Haiti para uma semana de reconhecimento na área de operações. "É esse contato prévio que garante a continuidade do trabalho, permitindo que as tropas já saibam o que fazer assim que desembarcam", relata Melo. Os voluntários recebem, além do salário normal das Forças Armadas, um soldo das Nações Unidas. Também são premiados com a Medalha da ONU pelo cumprimento da missão. A Companhia do tenente-coronel Melo deve recebê-la no dia 21 de abril. A missão de paz da ONU tem autorização de permanecer em terras haitianas até 15 de outubro deste ano.

Missões – A Minustah entrou no Haiti com duas incumbências: auxiliar o país nas eleições democráticas de um novo presidente e restabelecer a segurança. "A primeira etapa, a política, foi plenamente cumprida", avalia o chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, coronel Cunha Mattos. Na época das eleições, em fevereiro de 2006, ele servia no Haiti e integrava o Quarto Batalhão. "Foi um processo legítimo, com a eleição de René Préval. Cerca de 3,5 milhões de haitianos foram às urnas. Esse é um número muito expressivo, pois a população total do país é de 8 milhões habitantes – incluindo crianças – e o voto não é obrigatório", avalia.

A cada país integrante da Minustah é designada uma área de conflito. Atualmente, o Brasil está na zona central da capital, Porto Príncipe, Cité Soleil, junto aos exércitos do Nepal e da Jordânia. A área era bastante influenciada por disputas de gangues, mas as questões de segurança e política

Arquivo Batalhão Haiti

evoluíram. A criminalidade de alguns dos lugares mais perigosos foi contida. "O Sexto Contingente foi o último a ter confronto direto. Quando chegamos, a segurança já estava controlada", relata Melo. Mas ele explica que os soldados fazem patrulha 24 horas por dia para evitar o acirramento da violência.

Até novembro de 2007, houve 32 mortes de missionários da ONU, de acordo com dados do site www.minustah.org. O Brasil não teve oficiais mortos em conflitos, mas 13 foram feridos em emboscadas, que eram comuns na época em que o coronel Cunha Mattos estava no Haiti. "Fomos a tropa que entrou primeiro em Cité Soleil, em maio de 2006. O lugar é uma espécie de favela plana, cheia de vielas e becos. Havia muitas milícias armadas que se confrontavam com as tropas de paz.", lembra Mattos. Antes de atuar em Cité Soleil, o Brasil ajudou na pacificação de Bel Air e Cité Militaire, bairros de Porto Príncipe.

Jeitinho brasileiro – Paralelamente às ações militares, as tropas brasileiras realizam sistematicamente atividades sociais e humanitárias, como atendimento médico e dentário, doação de *kits* escolares, alimentação e distribuição de presentes, como aconteceu no Natal. "Na Páscoa deve ter distribuição de chocolate", antecipa o coronel Melo. Tudo isso faz parte da Operação Presença, que tem entre seus objetivos familiarizar a população com os militares.

"Em um país onde boa parte da população vive com menos de um dólar por dia, maior parte da cidade não tem luz elétrica e os serviços de saúde são raros e privados, dá para se ter noção do impacto positivo do trabalho humanitário das tropas brasileiras", contextualiza Cunha Mattos. "O povo haitiano gosta muito do Brasil, desde contingentes anteriores. Temos excelente relacionamento com eles", completa Melo.

Arquivo Batalhão Haiti

Arquivo Batalhão Haiti

Arquivo Batalhão Haiti

Arquivo Batalhão Haiti

Trabalho humanitário das tropas brasileiras conquistou simpatia dos haitianos

VOLTA POR CIMA

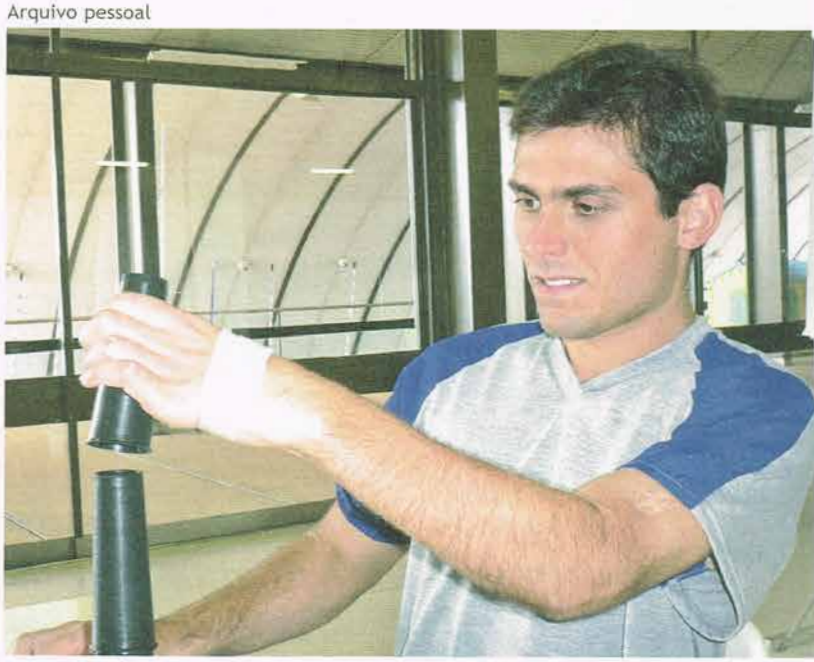
Até hoje, apenas um oficial brasileiro foi atingido por tiros a serviço da Minustah: Capitão Nelson Dias Leoni. A tragédia, longe de ser motivo de orgulho, desencadeou uma verdadeira história de superação. Após perder os movimentos do braço, Leoni usou o golpe a seu favor. Hoje é nadador paraolímpico.

Foram apenas 17 dias na missão de paz. Duas semanas antes de viajar para o Haiti, o então tenente Leoni, do 26º Batalhão de Infantaria Pára-Quedista, sonhou que um tiro o acertava no peito. Já participando da missão do Terceiro Contingente da Minustah, na noite de 21 de junho de 2005, teve outro sonho parecido. No dia seguinte, saiu para patrulhar o bairro de Bel Air receoso com o presságio. Aliviado, voltou ileso e procurou assumir seu lugar no carro, onde havia um soldado. Poucos segundos após a troca, um tiro de fuzil entrou no vão do colete à prova de balas do tenente, acertando o peito e o braço esquerdo. O socorro foi imediato.

Em menos de dez minutos Leoni estava no Hospital Argentino da ONU no Haiti, onde recebeu 14 bolsas de sangue. Em seguida, no Hospital de Santo Domingo, na República Dominicana, escapou de uma amputação no braço. Érika Cristina, esposa de Leoni, deixou o emprego de fisioterapeuta para acompanhá-lo. "Ela foi muito importante durante a recuperação", diz o capitão.

Reabilitação – Após passar por vários hospitais e 12 cirurgias, o capitão finalizou seu tratamento no braço em janeiro deste ano, no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília. "Cheguei num ponto em que recuperar mais é difícil. Agora o importante é melhorar o que consegui", afirma.

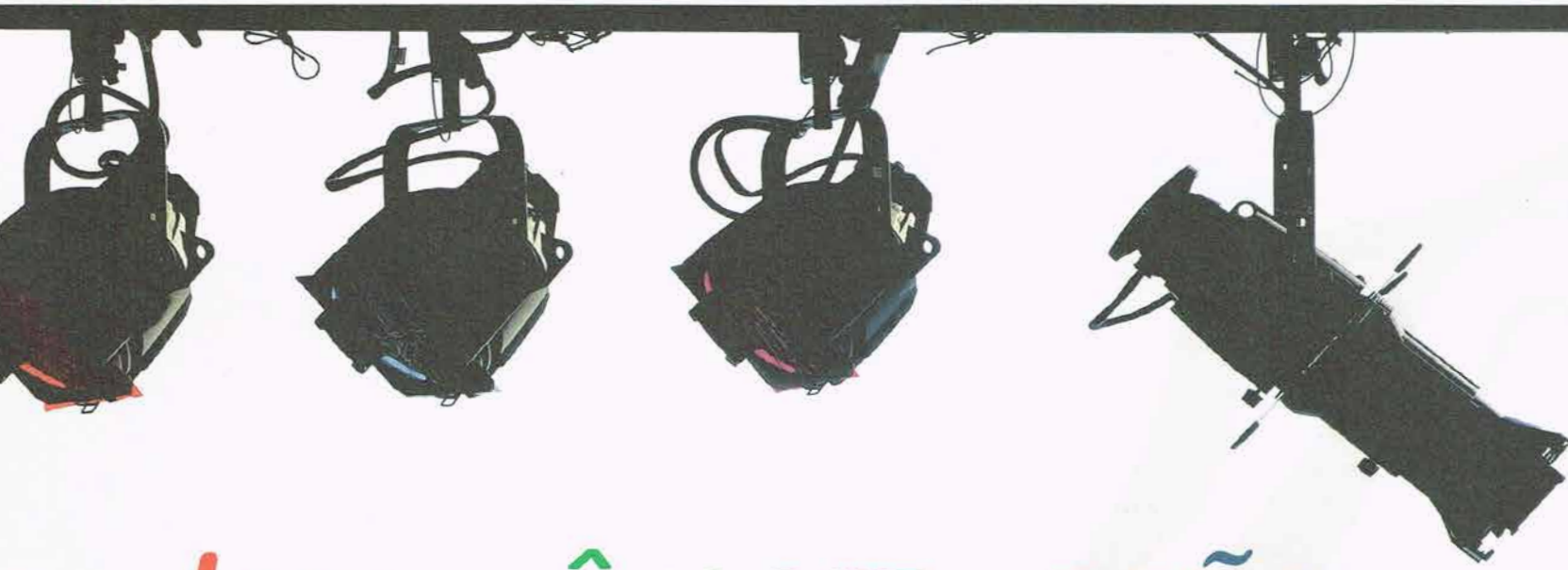
Arquivo pessoal



Capitão Leoni em reabilitação no Hospital Sara Kubitschek

Durante o tratamento, a natação foi companheira de Leoni e, entre um treino e outro, foi convidado a conhecer o Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe), em Brasília. Menos de um ano depois, em março de 2007, ganhou o ouro dos 100 metros, nado peito, na primeira etapa do Campeonato Brasileiro. Ele ainda tem na bagagem mais cinco medalhas de prata e seis de bronze. Nadando 50m livre, 200m medley e 100m borboleta, sua modalidade principal, Leoni compete em campeonatos brasileiros e universitários.

Para voltar à atividade nas Forças Armadas, ele aguarda seu segundo exame pericial médico, marcado para março. "Não serei o mesmo militar, mas quero ficar." Confiante, o capitão diz sem medo: "Hoje não dependo de ninguém para fazer nada".



Luz, câmera, ação

Produtoras brasileiras de vídeo se projetam em eventos internacionais e aumentam o saldo da balança comercial

Notícias de superávit na balança comercial não são mais novidade para o Brasil. Produtos agropecuários, artigos de moda e vestuário, combustíveis e até mesmo produtos eletro eletrônicos figuram no *ranking* das exportações brasileiras. A novidade é que o País vem aumentando sua participação internacional na venda de filmes publicitários e produções cinematográficas. A FilmBRazil – uma associação de agências de publicidade, produtoras de vídeo, áudio, finalizadoras e locadoras de equipamento – é uma das grandes responsáveis por esse novo cenário.

Criada em 2003, a FilmBrazil conta atualmente com 44 empresas, todas filiadas à Associação Brasileira das Produtoras de Audiovisual (Apro). Com slogans e frases de impacto como "longe da competição, perto do que você precisa", a associação tenta atrair empresas e produtores de vídeo internacionais para filmar no Brasil.

Exaltado no hino nacional e por estudiosos como Darcy Ribeiro, o Brasil é rico pela própria natureza e em diversidade cultural, racial e religiosa. "Temos uma variedade incrível de *casting* e locações. Temos sol o ano inteiro, um parque tecnológico perfeito e o reconhecimento da qualidade dos nossos profissionais", enumera Sônia Regina Piassa, diretora-executiva da Apro.

Saldo – Não existem números contabilizados da participação brasileira no mercado de vídeos publicitários anteriores a 2003, quando a FilmBRazil começou a desenvolver ações no exterior. Naquele ano foram exportados 43 filmes publicitários, em 2004 foram 70, e no ano seguinte, 126. "Antes recebíamos três pedidos diários de orçamento, agora ultrapassam 10", informa Sônia. Entre os maiores clientes do Brasil estão Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha.

Segundo a diretora-executiva da Apro, 2002 foi um ano muito difícil no merca-

do nacional para a produção publicitária, quando muitos anunciantes reduziram investimentos. Sônia atribui a crise ao cenário político interno, já que aquele foi um ano de eleições presidenciais. "Mas as dificuldades serviram para nos despertar para um mercado externo bastante atraente e em crescimento", diz.

De modo geral, os países investem por ano U$ 9 bilhões em produções publicitárias no exterior. "Nessa fatia está, inclusive, o que o Brasil gasta anualmente. O montante é a reunião do que todos os países gastam para gravar no exterior", esclarece. Em 2002, as produtoras brasileiras abocanhavam muito pouco desses recursos. A FilmBRazil foi criada, então, para tentar atrair cada vez mais clientes internacionais.

A Zohar, produtora com sede no Rio de Janeiro, é uma das agências que participam da FilmBRazil. Ela ingressou na associação já com *know-how* do mercado exterior. Em 1988, a empresa exportou seu primeiro filme. De lá para cá, tem consolidado sua atuação no mercado internacional e diminuído sua produção para o brasileiro. A Zohar carrega em seu portfólio clientes como Sony, Unilever, Shell, Canon, Audi, Pólo e Heineken.

Com o comercial *Playstation Mountain*, da Sony, a Zohar conquistou, em 2004, a maior premiação da publicidade mundial: o Grand Prix do Festival Internacional de Publicidade – Cannes Lions. A empresa acumula outros leões e, desde 1989, participa da premiação com assiduidade.

E se o assunto é criatividade, não faltam prêmios para homenagear os brasileiros. Somos o terceiro país mais premiado em publicidade no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e Inglaterra. "Com os prêmios, não só a empresa ganha, mas toda equipe de produção e também o Brasil", considera a produtora-executiva da Zohar, Isabelle Tanugi.

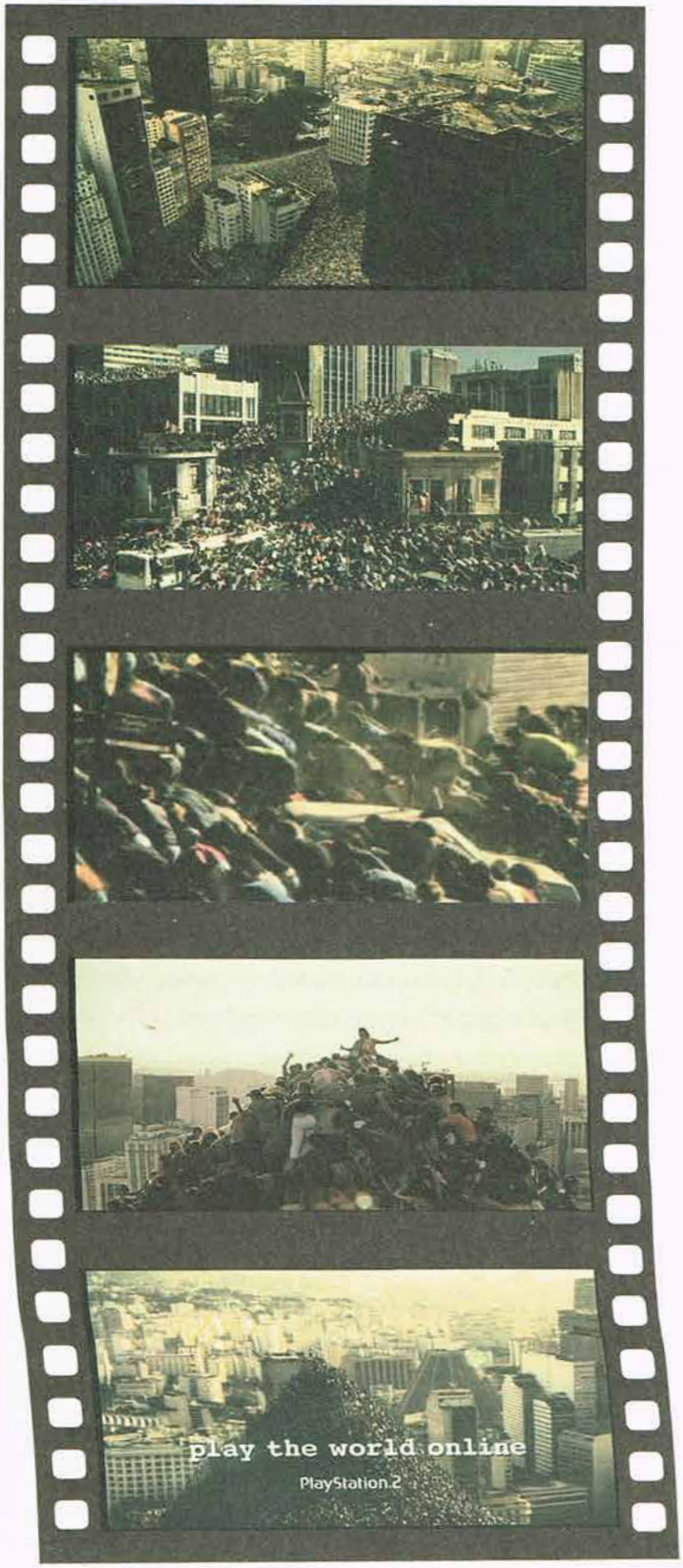
Arquivo FilmBRazil

Vista do Lounge da FilmBRazil, em Cannes

Mão na bobina – Em 2005, o projeto FilmBRazil recebeu um importante reforço que ajudou na projeção das empresas no exterior. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) investe em capacitação das agências e profissionais, ações de marketing, participação em feiras e eventos internacionais relacionados a vídeos publicitários.

A Apex dá suporte à FilmBRazil na participação e organização de um lounge no Festival Internacional de Publicidade – Cannes Lions, na França, e na Locations Trade Show, em Los Angeles, Estados Unidos. Uma das metas do convênio entre a Apro e a Apex é aumentar o volume de vendas de filmes publicitários para R$ 21 milhões até o final de 2008. Além disso, o projeto visa a ampliar a oferta de empregos no setor.

Crise – A participação brasileira no mercado, conforme observa a gerente de Produtos da FilmBRazil, Rita Valente, vem se consolidando, mas ainda encontra barreiras. No ano passado, as empresas da associação



Fotogramas do comercial do PlayStation 2, que trouxe premiação inédita ao Brasil

foram responsáveis por 30 dos 57 filmes publicitários vendidos para o exterior, conforme levantamento da Apex. "Enfrentamos dificuldades com a queda constante do dólar. Em contrapartida, a Argentina, que tem a moeda desvalorizada frente à americana, acaba levando a melhor nas concorrências, no que se refere a preço", relata.

Isabelle, da Zohar, confirma que a valorização do real atrapalhou as exportações. A empresa, que até 2006 produzia entre 30 e 40 filmes, rodou apenas 12 em 2007. "Conseguimos nos manter por que já temos o nome consolidado no mercado e participamos da produção de um longa-metragem americano. Com o dólar desvalorizado fica mais caro filmar no Rio de Janeiro do que em Miami. Acredito que 2007 foi um ano ruim para todo exportador do Brasil", diz. Até 2006, essa realidade era diferente e o custo da produção no Brasil chegava a ser 30% menor do que nos Estados Unidos.

Gestor do projeto na Apex, Cristiano Braga relata que outro aspecto que inibe um maior desenvolvimento dos filmes publicitários é a burocracia. "Esbarramos na falta de um marco regulatório e em uma legislação desatualizada." Uma das ações da Apex é negociar com a Agência Nacional do Cinema (Ancine), responsável pela edição de portarias e normativos, a adequação da legislação brasileira às necessidades de mercado. Mas esse trabalho, conforme relata Braga, é um processo lento.

"Às vezes, um estrangeiro precisa vir ao Brasil para gravar apenas uma cena, o que não toma mais que um dia. O visto nesse caso é de trabalho, o que demora meses para liberação. Isso, muitas vezes, inviabiliza a produção", exemplifica Sônia, da Apro. Mesmo com a crise, a FilmBRazil está otimista e pretende até o final deste ano exportar 200 produções publicitárias.

1808-2008: duzentos anos de extração tributária

Imagem do livro: 1808

Saída da família real de Portugal, retratada por Nicolas Louis Albert Delerive

Aos 200 anos da vinda da família real portuguesa para o Brasil, que balanço poderia ser feito de um processo que, a termo, conduziu à autonomia nacional? Num confronto entre o "então" e o "agora", o que, em decorrência desse episódio, se alterou na vida da jovem nação, quais as mudanças ocorridas a partir daí e o que, exatamente, fizemos desde essa época? Mais especificamente, em perspectiva comparada, por que o Brasil, desde o início do século XIX, falhou em realizar as possibilidades de desenvolvimento contidas na primeira e na segunda revoluções industriais, ocorridas ao longo daquele século e no decorrer do século XX, como fizeram muitos outros países, e por que ele continua a falhar, sobretudo na esfera social, em acompanhar as tendências mais dinâmicas do século XXI?

O que Portugal nos legou, exatamente? Uma relação sumária indicaria as "heranças" seguintes: 1) a língua portuguesa, obviamente; 2) um povo aberto à miscigenação racial, o que é, a todos os títulos, positivo para qualquer nação que se pretenda inclusiva; 3) instituições estatais exacerbadas e centralizadas; 4) uma diplomacia competente e alerta aos "negócios" do mundo; 5) comportamentos rentistas, patrimonialistas e extrativistas em economia; 6) um Judiciário antiquado, desde a origem, e notoriamente enviesado em favor das elites e dos poderosos; 7) hábitos predatórios em matéria de recursos naturais.

Não se pode dizer, contudo, que foram os portugueses, o povo ou a família real, os responsáveis pelo que somos ainda hoje, ou seja: um país industrialmente desenvolvido, mas socialmente iníquo; economicamente avançado, mas socialmente atrasado; cientificamente realizado, mas tecnologicamente maldotado. Não se devem a eles nossos comportamentos atávicos e os fracassos de modernização. Os portugueses não podem responder pelo que fizemos desde 1822. Nós somos responsáveis pelo que conseguimos fazer nesse período, em termos de construção da nação, assim como devemos ser considerados "culpados" pelo quadro lamentável no plano social ou educacional que ainda contemplamos hoje.

Comecemos pela língua portuguesa, por exemplo. A despeito de não ser ela uma das línguas científicas, de comércio ou de cultura universal, em virtude da baixa qualificação original de Portugal nessas áreas, graças ao espírito aventureiro e desbravador

dos líderes da pequena nação européia, ela se espalhou por três ou quatro continentes, o que hoje permite constituir uma comunidade de povos lusófonos que pode servir para ampliar os horizontes culturais e econômicos desse substrato lingüístico. Da mesma forma, a maleabilidade racial é um dos traços importantes da nossa nacionalidade, sendo ela distintivamente portuguesa. A mistura racial constitui um ativo muito positivo em nossa formação étnica e, ainda que alguns tentem, hoje, substituí-la por uma cultura do *apartheid*, ela deve ser valorizada pelo que representa de legado a ser projetado no futuro, na certeza de que conseguirá superar os proponentes atuais desse racismo ao inverso que constitui a classificação racial.

Não necessito, por outro lado, deter-me em demasia na competência diplomática, que constitui, sim, um excelente legado português: as boas heranças devem sempre ser mantidas e desenvolvidas. Uma atitude autocongratulatória constitui, porém, a mais segura receita de estagnação e retrocesso, pois o excesso de confiança nas próprias virtudes pode induzir a erros de julgamento e a uma predisposição para a não-mudança.

A competência diplomática constitui, sim, um excelente legado português: as boas heranças devem sempre ser mantidas e desenvolvidas

Duzentos anos de derrama fiscal e de espoliação dos contribuintes – O aspecto mais negativo do ponto de vista do desenvolvimento capitalista do Brasil encontra-se, provavelmente, no "Estado extrator", que tolhe a aplicação da poupança privada na atividade produtiva, ao carrear recursos para o próprio Estado (ou melhor, para os que vivem no e do Estado, posto que, hipoteticamente, este poderia ser um "modernizador pelo alto", como nos casos da Alemanha e do Japão). A primeira evidência dessa condição se dá na política fiscal e, mais exatamente, no sistema tributário.

O sistema tinha sido inaugurado ainda antes da chegada da família real, como ficou claro na derrama das "minas gerais" e no movimento de que participou nosso mítico herói da independência: Tiradentes. Em todo caso, o que existia, no momento da chegada da família real, em termos de impostos, taxas e contribuições? Esta era a "coleção" em vigor em 1808:

(A) Tributos de incidência local: selos, foros de patentes, taxas do sal;

(B) Tributos de incidência geral: subsídio real sobre carnes e couros, taxa suntuária sobre lojas e armazéns; taxa sobre engenhos; sisa de 10% sobre os imóveis; meia sisa sobre os escravos urbanos;

(C) Impostos sobre o comércio exterior, nos dois sentidos (a principal fonte de receita).

Em 1821, quando D. João VI parte de volta a Portugal, a estrutura tributária do Reino Unido compreendia, além das taxas gerais (selos, foros de patentes, direitos de chancelaria, taxas de correio, sobre o sal, as sesmarias, ancoragens, etc., ou impostos locais cobrados de particulares), os seguintes direitos e impostos [entre colchetes seu possível equivalente atual]:

1°) subsídio real ou nacional (carne verde, couros crus ou curtidos, aguardente de cana e lãs grosseiras) [uma espécie de ICMS, ou de *sales tax*, sobre o consumo];

2º) subsídio literário (para custeio dos mestres-escola, percebido sobre cada rês abatida, sobre aguardente destilada e sobre carne seca) [uma CIDE para financiar a educação; duvidoso que o dinheiro chegasse ao destino, como no caso da "CPMF-saúde"];

3º) imposto em benefício do Banco do Brasil (12$800 sobre cada negociante, livreiro, boticário, loja de jóias e artigos de cobre, tabaco) [dinheiro para o "banco do rei"];

4º) taxa suntuária (também para o banco, sobre carruagens, navios de três mastros, lojas e armazéns) [um IPVA+IPTU sobre o investimento, como ainda hoje];

5º) taxa sobre engenhos de açúcar e destilações (variável por província) [um IPI à disposição dos presidentes de província];

6º) décima predial urbana (casas ou quaisquer imóveis) [o IPTU é mais velho do que se pensa; aliás, ele é medieval, nem sempre na faixa de 10% do valor patrimonial];

7º) sisa (imposto de 10% sobre o valor da venda de imóveis urbanos) [transmissão *intervivos*, em dinheiro vivo, mas sem IOF, por algum defeito de imaginação];

8º) meia sisa (imposto de 5% sobre a renda de cada escravo que fosse negro ladino, isto é, que já soubesse um ofício) [os encargos laborais, sem direitos trabalhistas, sempre foram elevados no Brasil, mas cresceram bem mais, desde então, até chegar a 100%];

9º) novos direitos (taxa de 10% sobre os vencimentos dos funcionários da Fazenda e da Justiça) [certos partidos não inventaram nada em matéria de dízimo compulsório...].

O atual quadro de terror tributário nada deve ao antigo Estado português: este apenas inventou algumas modalidades de extração, mas elas foram bem desenvolvidas desde então

E agora, em matéria de impostos, taxas e contribuições, o que temos hoje? Existem, atualmente, 76 tributos federais, 12 estaduais, 15 municipais, além de 5 outros "latentes", isto é, que podem vir a ser implementados (entre eles, o das "grandes fortunas"), num total de 109 impostos, taxas e contribuições, sem contar pedágios e cobranças por serviços específicos.

O atual quadro de terror tributário nada deve ao antigo Estado português: este apenas inventou algumas modalidades de extração, mas elas foram bem desenvolvidas desde então. Nesse ponto, o Estado brasileiro é altamente funcional: ele conseguiu criar uma das mais poderosas máquinas de extração de recursos que existe no mundo, pois sem ser eficiente para ampliar sua base de tributação, ela consegue dilapidar o universo de contribuintes até que estes, desesperados, se refugiem na elisão, na evasão e em diversas formas de fraude fiscal. O quadro é completado com a burocracia do sistema declaratório, que consome dias e noites de contabilistas, apenas para cumprir as obrigações e provar ao Estado que somos honestos e cumpridores dos nossos deveres de contribuintes. Numa lista de 178 países, Brasil é aquele no qual o empresário mais perde tempo nessa atividade: são 2.600 horas só para pagar impostos.

Não há dúvida: os progressos do Estado "tributário" foram fantásticos em 200 anos...

Paulo Roberto de Almeida

ADB participa da fundação do FNPCTE

Francisca Azevedo

Criação do Fórum Nacional reuniu diferentes entidades de classe

Em 11 de dezembro de 2007, a Associação dos Diplomatas Brasileiros participou da fundação do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (FNPCTE), juntamente com outras 24 entidades. Os associados que acessaram o site da ADB provavelmente terão lido a notícia que aí foi incluída. Este artigo objetiva informar os demais associados sobre esta iniciativa.

O Fórum, como será doravante denominado, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação civil, integrada exclusivamente por entidades nacionais associativas ou sindicais, representativas de carreiras ou de categorias funcionais que desenvolvam atividades essenciais e exclusivas do Estado nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal.

Sem prejuízo da representatividade própria das entidades afiliadas em relação aos respectivos associados, o fórum tem por finalidade: I – promover a unidade, a harmonia, a coesão e a solidariedade das entidades que o integram, entre si e com o próprio fórum; II – defender os regimes próprios de previdência social, integralmente públicos e estatais, nos moldes do art. 7º da Emenda Constitucional 41/2003, para as Carreiras Típicas de Estado; III – estimular o debate e a busca de alternativas para as questões institucionais dos membros e dos servidores públicos das entidades afiliadas e para os temas sociais e da cidadania; IV – divulgar as orientações, normas, deliberações e informações de interesse das entidades afiliadas; V – promover pesquisas com universidades, institutos de pesquisa, fundações, associações, organizações não governamentais e entidades congêneres, nacionais ou não, em matérias de interesse comum; VI – promover e apoiar campanhas institucionais compatíveis com as suas finalidades; VII – contribuir para o aperfeiçoamento científico, cultural e profissional dos membros e servidores públicos das entidades afiliadas; VIII – produzir e distribuir material audiovisual, gráfico, literário, bem como difundir projetos educativos, culturais, sociais e artísticos visando à integração informativa, cultural, educativa, econômica, social e administrativa de assuntos do interesse das entidades afiliadas; IX – representar, judicial e extrajudicialmente, os direitos e interesses profissionais, institucionais e corporativos comuns das entidades afiliadas, nas formas prescritas neste Estatuto; X – atuar como substituto processual das entidades afiliadas; XI – promover a mediação entre as entidades afiliadas em dissídios internos de interesse comum; XII – defender o Estado Democrático de Direito, preservan-

do os direitos e as garantias individuais e coletivos.

O Estatuto do Fórum esclarece que a competência estabelecida no inciso IX não exclui, por qualquer forma, a legitimação e as representatividades específicas de cada uma das entidades afiliadas relativa às respectivas carreiras ou categorias funcionais a que se encontram vinculadas. O fórum compõe-se dos seguintes órgãos: Conselho Deliberativo, de caráter plenário; Conselho Executivo, responsável pela execução das ações e políticas definidas pelo fórum; Conselho Fiscal, constituído por três entidades afiliadas não integrantes do Conselho Executivo.

A primeira reunião plenária do fórum foi marcada para 26 de fevereiro de 2008. Contudo, devido ao atraso de algumas entidades participantes em fornecer requisitos formais (cópia dos estatutos, cópia do CPF do respectivo presidente, etc.), não estiveram representadas todas as entidades integrantes do fórum. A ADB valeu-se da ocasião para mencionar seu interesse no tema relativo ao pagamento da licença-prêmio em pecúnia e solicitar aos presentes que tragam, na próxima reunião (prevista para 25 de março), informações sobre as iniciativas que suas respectivas associações possam ter tomado a respeito.

O interesse da ADB em participar do fórum é justificado pelo fato de se aliar às seguintes entidades, igualmente fundadoras do FNPCTE:

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros;

FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais;

UNAFISCO SINDICAL – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil;

ANFIP – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil;

CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público;

ADEPOL – Associação dos Delegados de Polícia do Brasil;

FENAFIM – Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais;

FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual;

ANAPE – Associação Nacional dos Procuradores de Estado;

AMEBRASIL – Associação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil;

SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho;

ANADEP – Associação Nacional dos Defensores Públicos;

ANPM – Associação Nacional dos Procuradores Municipais;

SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União;

UNACON – União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle;

ANDPU – Associação Nacional dos Defensores Públicos da União;

SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central;

UNAFE – União dos Advogados Públicos Federais do Brasil;

ADPF – Associação dos Delegados de Polícia Federal;

APBC – Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central do Brasil;

AUDITAR – União dos Auditores Federais de Controle Externo;

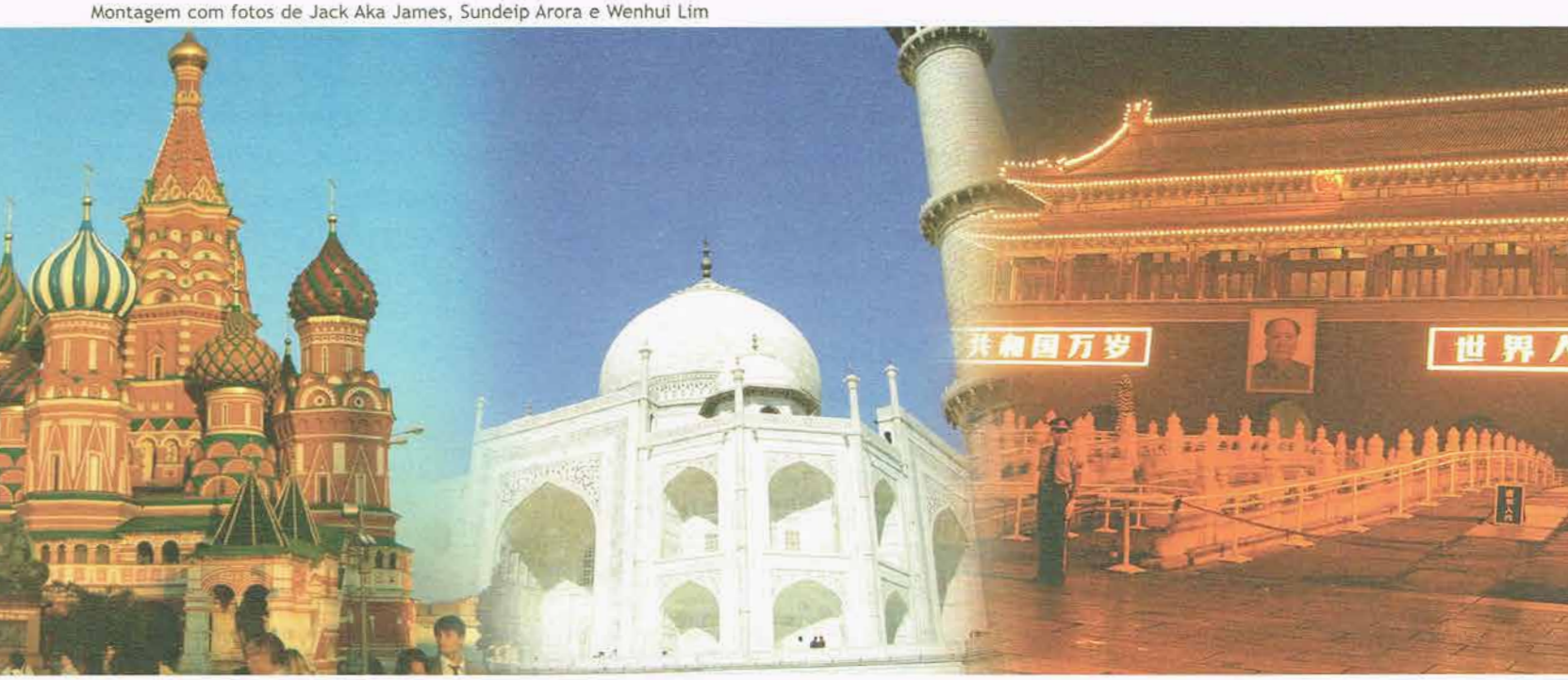
ANMP – Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social;

UNAFISCO REGIONAL – Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil;

FENAFISP – Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Brasil: ser ou não ser um Bric?

Montagem com fotos de Jack Aka James, Sundeip Arora e Wenhui Lim



O Brasil pode converter-se em grande potência em meados do século XXI. Juntamente com os outros BRICs (Rússia, Índia e China), ele poderá ultrapassar as potências da Europa ocidental em torno de 2040 em termos de PIB. Mas, diferentemente da China, da Rússia e da Índia, as alianças futuras do Brasil estão pré-determinadas: o Brasil vai ser uma potência alinhada com os Estados Unidos e a Europa ocidental. A projeção de poder do Brasil estará baseada em *soft-power* e dependerá da qualidade das instituições democráticas que adotou desde o retorno ao regime civil em 1985.

Os líderes brasileiros já participam ativamente das instituições internacionais e contribuem para modelá-las, nos planos regional e global. Curiosamente, o Brasil pode alcançar o seu *status* de grande potência de forma quase acidental. A despeito da longa aspiração do País de tornar-se uma grande potência, poucos líderes reconhecem quais são as implicações derivadas do papel a ser desempenhado no cenário global. Uma possibilidade para o Brasil é apresentar-se como um poder ambiental emergente. Como proprietário da maior floresta tropical do mundo, uma das maiores reservas de água fresca, a maior biodiversidade do planeta, a melhor matriz energética e a mais bem-sucedida base produtiva de combustíveis renováveis, o Brasil tem condições de desempenhar esse papel, se conseguir adotar as políticas adequadas para preservar esses ativos e usá-los como uma arma num mundo crescentemente preocupado com a mudança climática.

Como o Brasil tem poucas preocupações com a sua segurança externa, os seus líderes estão livres para se concentrar no direito e nos bons exemplos, de forma algo semelhante ao Canadá e às potências européias no quadro do G-7. O Brasil está bem-posicionado para tornar-se uma potência ambiental, embora essa seja mais uma oportunidade do que uma certeza. Mas seria preciso saber se o povo brasileiro e os seus líderes desejam que o país desempenhe um papel mundial. Existem algumas evidências

de que eles o desejem. As aspirações do País a um papel de grande potência datam dos primeiros anos do século XX. O Brasil é provavelmente o país latino-americano dotado de uma política externa universal com capacidade de influenciar as decisões internacionais. Emblemática desse desejo de um status de grande potência é a busca de tornar-se um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O governo Lula frustrou-se com a oposição do México e da Argentina às pretensões do G-4 – Brasil, Alemanha, Japão e Índia – de realizar esse objetivo.

Simultaneamente, o Brasil continua a ser um país em desenvolvimento, ainda que de renda média, e certo número de suas políticas preferidas em termos de política econômica internacional permanecem mais próximas de um típico país pobre do que de uma democracia industrial avançada. O Brasil tem grandes problemas internos que, se não forem resolvidos satisfatoriamente, podem minar a viabilidade de seu esforço atual de desenvolvimento e de crescimento – e, portanto, suas aspirações de tornar-se grande potência. O baixo crescimento e a ausência de reformas macroeconômicas que possam corrigir os fatores de estagnação – gastos públicos, sistema tributário irracional e insuficiência de poupança – podem retirar o Brasil da lista dos BRICs. O Brasil vem perdendo competitividade em escala global. A despeito de ser um líder regional em inovação e empreendedorismo, o Brasil vem perdendo terreno nesse fator crucial de poderio econômico em face dos demais países emergentes. A taxa de escolarização é pequena e a renda reduzida. A despeito de gastar quase o dobro em educação do que a Coréia do Sul, 82% da juventude coreana freqüentam as universidades, contra apenas 18% no Brasil. De forma similar, o Brasil investe bem mais do que a China em saúde, mas a sua taxa de mortalidade infantil é superior à do país asiático. Cerca da metade das despesas sociais desaparecem em aposentadorias para poucos privilegiados. O maior desafio é o de reduzir as enormes desigualdades, ao mesmo tempo em que se assegura uma taxa razoável de crescimento.

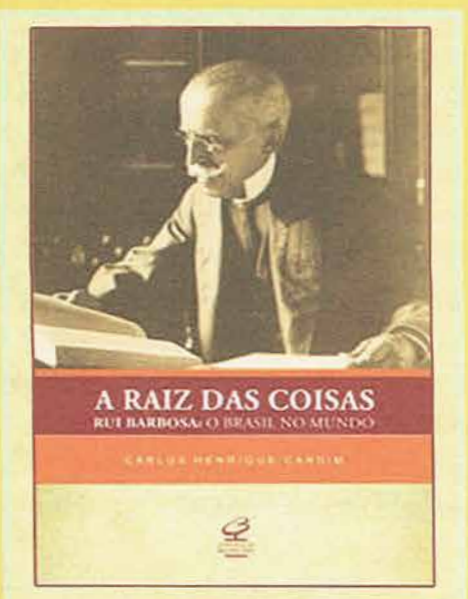
O futuro do Status do Brasil vai depender de como os líderes do País conseguem administrar seus desafios internos

Os efeitos contraditórios da queda de competitividade com mudanças positivas na frente social intensificaram o debate sobre as escolhas à frente. Parece existir um amplo consenso de que o Brasil precisa enfrentar reformas estruturais importantes: o custo crescente do setor estatal, a má qualidade da educação, os desequilíbrios e desigualdades do sistema previdenciário, a alta tributação (perto de 39% do PIB), entre outros problemas que limitam as perspectivas domésticas e a influência internacional. A dificuldade em encontrar soluções deriva da natureza do regime democrático, por vezes pouco funcional em função de um sistema político construído para preservar os privilégios dos poderosos, numa sociedade ainda injusta e desigual. Em comum com os três outros BRICs, o futuro *status* do Brasil vai depender de como os líderes do País conseguem administrar seus desafios internos. No Brasil, esses desafios situam-se essencialmente na gestão econômica. Sua superação é a condição essencial para que o Brasil assuma um papel global no século XXI.

Paulo Sotero

Carlos Henrique Cardim. *A Raiz das Coisas: Rui Barbosa, o Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 350 p.

Rui não foi um diplomata profissional, mas ele poderia, tranquilamente, ser considerado o "pai intelectual" da moderna diplomacia brasileira: ele nos legou um conjunto de posições que fazem parte do nosso corpo jurídico e que integram nossa tradição de política internacional. Esta monografia comprova que Rui foi muito maior do que o registrado na literatura da nossa política externa, mesmo sem ter deixado uma obra centrada nas relações internacionais. Sua obra de ativo "internacionalista" está dispersa em centenas de artigos, pareceres, discursos, orações e preleções jurídicas, mas sobretudo nas declarações que fez, muitas vezes de improviso, na II Conferência da Paz da Haia (1907). Cardim selecionou os expedientes e organizou um dossiê abrangente sobre a atividade e o pensamento de Rui em temas internacionais; ele nos traz o defensor da igualdade soberana das nações, que ocupa lugar de destaque na atual diplomacia brasileira. O livro tem uma saborosa iconografia com charges dos mais famosos humoristas brasileiros de um século atrás.

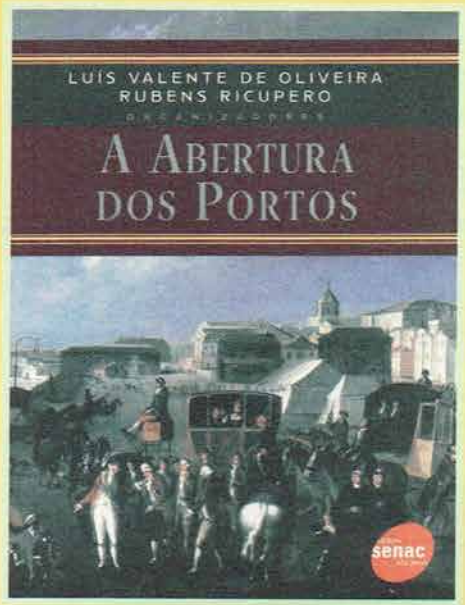


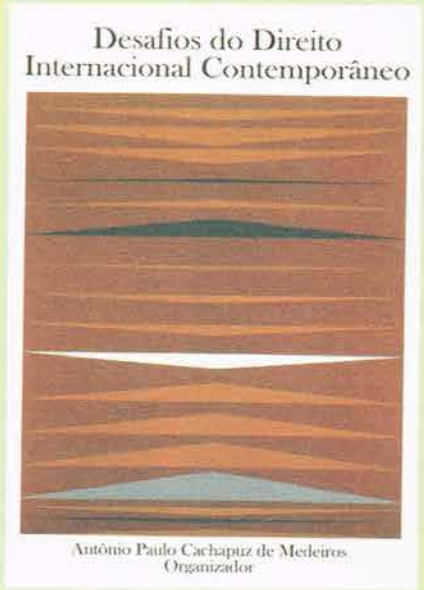
Geraldo Holanda Cavalcanti. *Encontro em Ouro Preto: contos fantásticos*. Rio de Janeiro: Record, 2007, 188 p.

A maior surpresa destes contos do escritor, poeta, tradutor laureado e diplomata Geraldo Holanda Cavalcanti é a de que eles são, efetivamente, fantásticos, mas... assustadoramente normais. As situações inverossímeis, inexplicáveis, surpreendentes, que povoam estes contos são absolutamente corriqueiras, até banais, na vida de cada um de nós, mas o resultado é sempre uma surpresa, sem que se consiga, no começo de cada conto, prever o seu final. O mais atraente, na escrita de Geraldo Holanda Cavalcanti, é a fluidez do texto, a palavra atraente e certeira, mesmo quando ela transmite toda a ambigüidade de uma situação, e suas palavras geralmente o fazem, transmitindo essa situação de "desconforto" e de "incerteza" com o que pode vir a ocorrer com o personagem principal, nisso atiçando nossa curiosidade para que logo cheguemos ao final do conto. Eles se lêem, assim, rapidamente, mas a impressão que nos fica é permanente. Com tudo isso fica a sensação de "quero mais". A vontade que dá, ao encerrar o livro, é a de pedir ao autor que continue a nos enfeitiçar com os seus, novos, contos fantásticos, assustadoramente normais...

Luis Valente de Oliveira e Rubens Ricupero (organizadores). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, 352 p.

Este livro coletivo – seis autores portugueses e seis brasileiros, entre os quais dois diplomatas – vai muito além de seu título reducionista, abordando todo o contexto político e econômico do sistema colonial, a disputa entre as potências européias, a transferência da corte, em 1808, e suas conseqüências, tanto para o Brasil, como para Portugal. Ricupero evidencia inclusive o que ele considera serem os pontos de contato entre, de um lado, o decreto de abertura dos portos e os tratados de 1810, e, de outro, o projeto da Alca, proposto pelos Estados Unidos em 1994. Paulo Roberto de Almeida faz uma análise do contexto econômico colonial e da gradual emergência de uma economia voltada para a acumulação interna, no contexto das relações econômicas internacionais e dos processos de transformação do sistema econômico no início do século XIX. Uma rica iconografia ilustra este livro, que fica como um marco comemorativo destes dois séculos desde o alvará "libertador do comércio".





Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (organizador). *Desafios do Direito Internacional Contemporâneo*. Brasília: Funag, 2007, 460 p.

Os textos coletados neste volume editado pelo Consultor Jurídico do Itamaraty emana das jornadas de direito internacional público, organizadas em novembro de 2005, das quais participaram grandes especialistas do ramo, inclusive dois ex-consultores jurídicos do MRE e diplomatas com experiência na área. Os temas vão da reforma da Carta da ONU, a evolução da justiça internacional (judicial ou arbitral), as controvérsias comerciais, direito dos tratados, direitos humanos e até a questão da taxa de câmbio e seu papel nas relações econômicas entre Estados. As jornadas foram concluídas por uma interessante mesa-redonda em torno do currículo de direito internacional público nas instituições brasileiras de ensino superior. Na medida em que o Brasil é um dos países com maior número de controvérsias internacionais de comércio, no plano regional ou multilateral, trata-se de excelente contribuição ao estudo dos problemas da área.

Arquivo Consulado em Mumbai

No próximo Boletim será publicado o artigo *Primeira participação brasileira no Carnaval de Goa*, cujo texto nos chegou quando o presente *Boletim* já estava fechado. De autoria do Ministro Paulo Antônio Pereira Pinto, Cônsul-Geral em Mumbai, a matéria certamente será apreciada pelos leitores, mesmo vários meses depois do carnaval.

O Departamento de Comunicações e Documentação informou a ADB de que o acesso à Intratec aos diplomatas aposentados foi restabelecido; basta que informem à Central de Atendimento (CAT), pelo telefone (61) 3411-6016 ou e-mail cat@mre.gov.br, seu interesse.

A ADB, por meio do Escritório Dr. Torreão Braz, reimpetrou a ação que visa ao reconhecimento da conversão em pecúnia dos períodos de licença-prêmio e/ou licença especial conquistados e não gozados, condenando a União Federal ao pagamento dos valores devidos. Este processo, de nº 2007.34.00.043330-6, beneficia os associados que ingressaram na ADB entre 2004 e 2007.

Em 1º de dezembro último foi encaminhada aos associados, com o *Boletim nº59*, informação relativa a investimentos administrados pela Brasilprev e pela *Sun Life Assurance Company of Canada*. Recentemente, a ADB recebeu prospectos e portfólios dos Fundos *Schroders*, que estão à disposição dos interessados ou cujas informações podem ser-nos solicitadas por *e-mail* ou telefone.

ERRATA: Cometemos um erro na matéria sobre Guimarães Rosa (edição 59, página 27). Ao relatar o distanciamento entre a linguagem literária e profissional do diplomata está escrito: "A literária torna-se cada vez mais clara, precisa, objetiva; a linguagem profissional, cada vez mais hermética, obscura, subjetiva". O correto, como observa a autora do livro *Guimarães Rosa: Diplomata*, Heloísa Vilhena, é dizer que a linguagem literária torna-se mais subjetiva, a profissional, mais precisa.

Diretoria da ADB
Embaixador Marcelo Raffaelli – Presidente
Embaixador Guy M. de Castro Brandão – Vice-presidente institucional
Embaixador Luiz Brun de Almeida e Souza – Vice-presidente executivo
Embaixador Hélcio Tavares Pires – Diretor
Ministro Paulo Roberto de Almeida – Diretor
Secretário Carlos Ribeiro Santana – Diretor
Secretário Sérgio Carvalho de Toledo Barros – Diretor

Conselho Fiscal
Embaixador Sérgio Bath
Embaixador Luiz Orlando Carone Gélio
Ministro Flávio Mendes de Oliveira Castro

Secretariado da ADB
Gerente Administrativo: *Tércio Arcúrio*
Assistente Administrativa: *Jacqueline Francisca da Cruz*

ADB
Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XV – nº 60
Edição Janeiro/Fevereiro/Março de 2008 – ISSN 0104-8503

Conselho Editorial
Marcelo Raffaelli
Guy M. de Castro Brandão
Paulo Roberto de Almeida
Carlos Ribeiro Santana
Fábio Cereda Cordeiro

Reportagem
Angélica Córdova,
Danilson Ramos
Patrícia Cunegundes

Edição
Angélica Cordova

Revisão
Joíra Furquim

Projeto Gráfico
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Capa
Fabrício Martins

Diagramação
Fabrício Martins

Impressão
Athalaia Gráfica

Tiragem
3 mil exemplares

liberdade de expressão

Diretora responsável
Patrícia Cunegundes
(61) 3349 2561

ADB - Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores — Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329-A
70170-900 — Brasília-Brasil
Fones: (61) 3411 6950 e 3224 8022 — Fax: (61) 3322 0504
site: www.adb.org.br — e-mail: adb@mre.gov.br